

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Muita calma nessa hora

As denúncias de que uma "Abin Paralela" do governo de Jair Bolsonaro teria monitorado vários parlamentares levam muitos congressistas a ponderações. No Centrão, há quem diga que é preciso avaliar caso a caso, antes de aprovar qualquer norma que impeça uma operação da Polícia Federal, como aquela que teve como alvo o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ).

Dinheiro & forma

Em troca das emendas, os congressistas até admitem alguma mudança na desoneração da folha. Mas jamais por medida provisória, como fez o governo. Se quiser reonerar, será num projeto de lei amplamente discutido nas duas Casas.

Enquanto isso, no STF...

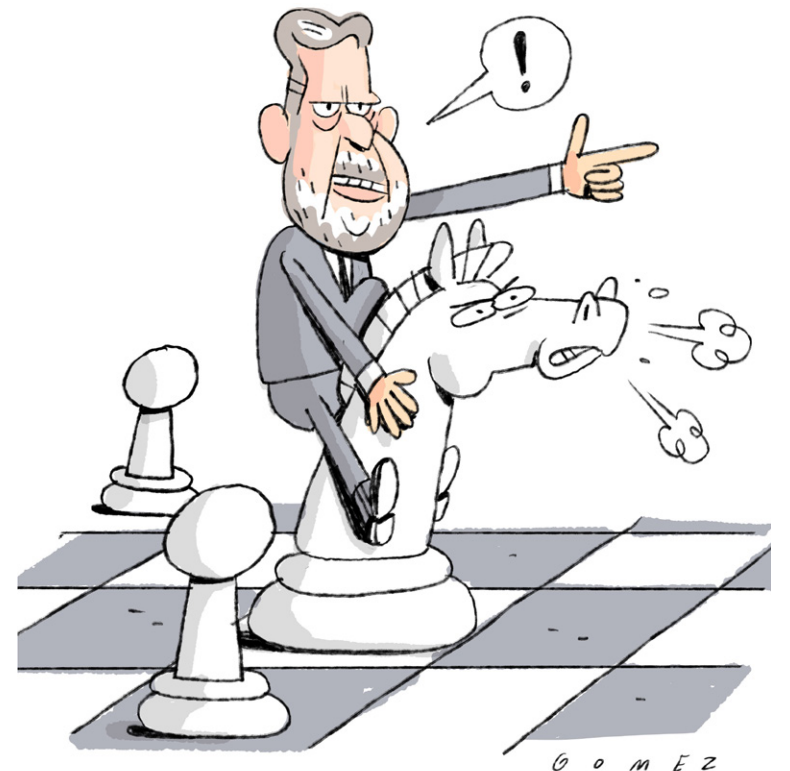
O Supremo Tribunal Federal pautou para esta quinta-feira, véspera de carnaval, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo PSB e Podemos que trata do cálculo das sobras eleitorais. É mais um imbróglio, porque se for acolhida por maioria do STF, saem da Câmara aliados de Arthur Lira. No DF, sai Gilvan Máximo (Republicanos), e entra Rodrigo Rollemberg (PSB), secretário de Geraldo Alckmin na pasta de Indústria e Comércio. Rollemberg sempre teve uma boa relação com Lula.

Lira abre o tabuleiro

Os congressistas identificaram preferências a prefeitos mais alinhados ao governo federal, na hora de promover os repasses aos municípios. Daí, o discurso do presidente da Câmara, Arthur Lira, citando os 512 deputados e colocando o Parlamento como o elo entre o poder público e os municípios, uma vez que são os deputados que gastam sola de sapato visitando cada rincão do país.

O fato de o governo querer uma "linha direta" com as bases dos deputados e senadores, sem passar pelo Parlamento, está incomodando muitos. Por isso, os líderes e Lira vão forçar a porta e obrigar o Poder Executivo a cumprir o cronograma de liberação de emendas. Arthur não mencionou, mas um dos pontos em que os líderes vão apostar é a derrubada do veto que estabelece a liberação das emendas no primeiro semestre.

Em tempo: aliados de Arthur Lira citam que ele não se esquece da frase do presidente Lula em agosto de 2023, durante o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no Rio de Janeiro. Lá, o presidente da República mencionou com todas as letras que Lira era adversário político, mas o Poder Executivo precisava do deputado. Com o período de Lira na Presidência da Casa entrado em contagem regressiva, a visão do governo sobre o presidente da Câmara como adversário vai ficando mais forte; e o diálogo, cada vez mais difícil. Até aqui, porém, quem tem a base na Câmara é Lira e não Lula.



Um felizardo

Os parlamentares ligados a Lira consideram que é interferência indevida do STF, um vez que o Tribunal Superior Eleitoral definiu a distribuição das sobras. Quem torce pela aprovação é Davi Alcolumbre, do União Brasil, que ganhará mais aliados na Câmara dos Deputados.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



CURTIDAS

"Abstraia.../ Os aplausos do ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, durante o discurso de Arthur Lira na abertura dos trabalhos do Congresso, eram motivo de risos no plenário. "Será que ele não está entendendo que o recado é para ele?", perguntou um parlamentar.

... e finja demência"/ Quem não conseguiu fazer a mesma coisa foi o ministro da Casa Civil, Rui Costa. Sentado ao lado de Lira, ele não escondeu o desconforto. Entre os petistas, Costa é considerado um dos mais transparentes no quesito "o corpo fala". Por isso, alguns não gostam dele.

Vem por aí/ O PL não abre mão de fazer da deputada Caroline de Toni (foto) presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, considerada bolsonarista radical. O PT não aceita. Ou seja, vem briga aí.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Defesa de pacote de propostas

Ministra da Gestão, Esther Dweck diz que pretende construir uma agenda comum entre os Poderes em torno do texto

» ROSANA HESSEL

No dia da volta dos trabalhos do Congresso, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, voltou a defender, ontem, uma alternativa à proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da reforma administrativa, a PEC 32/2020. E, apesar da resistência interna, ela reconheceu que é preciso montar um pacote com propostas prioritárias para negociar junto aos parlamentares.

"O que a gente quer construir é uma agenda comum em torno da reforma administrativa, em parceria com a Secretaria de Relações Institucionais (SRI), a Casa Civil, o Legislativo, o Judiciário e a sociedade civil", afirmou Dweck a um pequeno grupo de jornalistas em seu gabinete.

A ministra contou que, mais cedo, esteve reunida com integrantes da Câmara Técnica de Transformação do Estado do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (CDESS), o Conselho, e que prometeu analisar a proposta dos conselheiros para fazer um pacote sobre o que o governo entende como reforma administrativa.

"A Câmara Técnica sugeriu, e eu fiquei sensibilizada com a proposta. Vamos discutir internamente sobre isso", afirmou. Segundo ela, o que o governo tenta promover é algo mais amplo do que a PEC 32 propõe e não passa por uma reforma do Estado. "A nossa proposta de reforma do Estado é além dessa PEC. E, por isso, a dificuldade de transformar em um único pacote, porque não é trivial. Há muita coisa que vai ter concordância no mérito, mas precisamos debater mais", frisou, citando como uma das pautas prioritárias para essa

Adalberto Marques/MGI



Dweck na reunião da Câmara Técnica: ela prometeu analisar a proposta para fazer pacote sobre o que o governo entende como reforma administrativa

reforma o projeto de lei dos super-salários, além das negociações para a reestruturação das carreiras, que estão em curso.

"Queremos sentar com o Congresso e montar uma carteira de projetos para compor essa agenda comum, mais positiva, para transformar o Estado e fazer com que ele preste o melhor serviço para o cidadão. A PEC 32 não vai melhorar a prestação do serviço público para a população", acrescentou.

Segundo a titular da Gestão, ainda há muita desigualdade no serviço público, pois praticamente metade dos servidores ativos, cerca de 250 mil trabalhadores, recebe menos de R\$ 10 mil. E, por isso, limitar os super-salários ajudaria a reduzir essas

desigualdades. "Temos conversado com o ministro Alexandre Padilha (SRI), que vai conduzir o diálogo com os parlamentares. Não nos negamos a debater o tema, mas vamos escolher os projetos prioritários para essa conversa", destacou.

Dweck reiterou não haver espaço orçamentário para reajuste salarial dos servidores neste ano, pois os recursos disponíveis no momento são de cerca de R\$ 3 bilhões que seriam destinados para o aumento líquido de, em média, de R\$ 400 nos benefícios, proposto pela pasta aos sindicatos. "Para a maioria dos servidores, com ganhos de até R\$ 10 mil, haveria um ganho acima da inflação", reforçou.

Segundo ela, um reajuste em 2024 só seria possível se houvesse uma surpresa positiva na arrecadação, ajudando o governo a cumprir as metas fiscais previstas no novo arcabouço, pois, assim, haveria uma autorização de R\$ 15 bilhões para gastos extras, e parte desses recursos poderia ser usada para os reajustes.

"Se a arrecadação estiver superando a meta, tem chances de mostrarmos um impacto no Orçamento de 2024, mas com a recomposição dos benefícios neste ano e os 4,5% de reajustes em 2025 e em 2026, os servidores vão conseguir correção de 19,3% no governo Lula, acima da inflação prevista para os quatro anos do mandato", assegurou. "A gente

não consegue repor as perdas dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro", frisou, em referência aos 34% de reajuste reivindicado pelos sindicatos. Ela lembrou que o reajuste de 9% concedidos no ano passado, com impacto de R\$ 11 bilhões, ainda tem reflexo neste ano, pois começou a ser depositado em junho.

Um dos itens da contraproposta dos trabalhadores prevê reajustes de 9%, neste ano, mais 7,5% nos dois anos seguintes. Esther Dweck disse que o MGI pretende, ainda neste mês, retomar as conversas com as entidades trabalhistas para chegar a um acordo sobre a proposta de 2024.

A chefe do MGI também voltou a falar que a PEC 32 tem um



Queremos sentar com o Congresso e montar uma carteira de projetos para compor essa agenda comum, mais positiva, para transformar o Estado e fazer com que ele preste o melhor serviço para o cidadão"

Esther Dweck,
ministra da Gestão

foco mais em pessoal, a fim de acabar com a estabilidade do funcionalismo, e que o pacote de medidas para a reforma do Estado não precisa de uma mudança constitucional, apenas de atos normativos e projetos de lei.

Segundo a ministra, o único item da reforma administrativa que está no Congresso que poderia gerar "alguma redução de custo" é a possibilidade de diminuição da redução da jornada com redução de salário de até 25%. "Os municípios têm a menor remuneração disparado, e eles, basicamente, prestam os serviços de saúde, de educação e de segurança. Essa proposta tende a precarizar ainda mais o serviço. Por isso que, na nossa visão, essa PEC vai resultar em uma grande precarização ou vai ter aumento de despesa, tanto que ninguém calculou o verdadeiro impacto dela", completou.